

OS PROLEGÔMENOS DE KANT: SÍNTESE

Francisco Antonio de Vasconcelos¹

1. Considerações iniciais

Em 1783, quinze meses depois da publicação da primeira *Crítica* (acusada não só por inimigos, mas também por amigos de ser obscura e prolixa), Immanuel Kant presenteia o público com sua obra *Prolegômenos a toda metafísica futura que pretende colocar-se como ciência*. O texto foi escrito para os futuros mestres a fim de servir de ferramenta para que eles se tornem capazes de elaborar a metafísica como ciência (KANT, 1980, p. 7).

Não se pode negar que os *Prolegômenos* são, de fato, uma boa bússola para quem deseja se orientar pelos labirintos da *Crítica da Razão Pura*. Eles – pode-se dizer – representam uma excelente introdução ao conjunto da filosofia kantiana. Embora seja assim, não devemos esquecer o grau elevado de dificuldade presente neles.

Esta síntese teve como base a tradução dos *Prolegômenos* feita por Tania Maria Bernkopf, publicada pela Abril Cultural (KANT, 1980), e como referência suplementar para consultas a versão em alemão organizada por Konstantin Pollok (KANT, 2001) e a tradução para a língua inglesa de Gary Hatfield (KANT, 2004).

2. Síntese dos *Prolegômenos*

Ao escrever os *Prolegômenos*, Kant quer que os estudiosos da metafísica suspendam, temporariamente, suas atividades investigativas feitas até então a respeito desse tipo de conhecimento, passando a ocupar-se em responder a seguinte questão: “Será que algo como a metafísica é realmente possível?” (KANT, 1980, p. 7). Será ela uma ciência ou não? Para Kant, é necessário definir isso de uma vez por todas. Afinal, porque ela não progride e continua girando em círculos? Indaga o autor.

A dúvida sobre a possibilidade da metafísica como ciência causará reações: alguns serão incapazes de renunciar suas certezas metafísicas; outros não conseguirão compreender o porquê de se duvidar da metafísica; e, por algum tempo, nada mudará. Contudo, Kant acredita que os *Prolegômenos* irão convencer o leitor de que, até aquele momento, não havia “ainda uma verdadeira metafísica” (KANT, 1980, p. 8). Assim, o filósofo promete um renascimento da metafísica,

¹ Professor Adjunto IV da Universidade Estadual do Piauí, Pós-doutor em Ciências da Religião.

embora ele tenha consciência de que haverá, por algum tempo, resistência a esse novo estado de coisas (KANT, 1980, p. 8).

Para Kant, em toda a história da metafísica, os ataques de David Hume representam a principal ameaça a ela. O escocês fez surgir uma centelha que mudaria os rumos da metafísica. Ele foca na relação causa/efeito, um importante conceito metafísico, para desafiar a razão (KANT, 1980, p. 8), demonstrando ser impossível tal relação causal “*a priori* e a partir de conceitos”. A relação causal seria fruto da imaginação. Segundo o pensador alemão, a posição de Hume aponta para a impossibilidade da metafísica (KANT, 1980, p. 9).

Kant lamenta que o melhor da intelectualidade da época de Hume não tenha se unido para solucionar o problema levantado por este. De acordo com Kant, os adversários de Hume (Reid, Oswald, Beattie e Priestley) foram incapazes de perceber as intenções de Hume, isto é, a renovação da metafísica. Ele destaca que a questão levantada por Hume consistia em saber se o conceito de causa “era concebido *a priori* pela razão, tendo desta maneira uma verdade interior independente da experiência” (KANT, 1980, p. 9).

A leitura de Hume faz Kant mudar a direção de sua filosofia especulativa, despertando o pensador de Königsberg de seu sono dogmático. A partir de Hume, Kant se convence de que a metafísica é completamente constituída por conceitos responsáveis a levar “o entendimento a pensar *a priori* as conexões entre as coisas” (KANT, 1980, p. 10). Hume errara ao acreditar que tais conceitos tinham sua origem na experiência. A hipótese de Kant era que eles originavam-se do entendimento puro. (KANT, 1980, p. 10-11). Essa dedução representa a tarefa mais difícil que alguém já empreendeu para o benefício da metafísica. Para Kant, é essa dedução que torna possível a metafísica. Uma vez tendo solucionado o problema de Hume, Kant pode determinar os limites da razão pura, reconhece o autor dos *Prolegômenos*. A metafísica precisava dessa determinação (KANT, 1980, p. 11).

Kant teme que assim como o problema de Hume não fora compreendido, a exposição desse problema feita por ele na *Crítica*, também não seja entendida adequadamente por seus leitores. A obra foi acusada de ser “árida, obscura ... pormenorizada” (KANT, 1980, p. 11). O autor faz questão de destacar que se trata de “um conhecimento de alta relevância, indispensável à humanidade” (KANT, 1980, p. 11). Ele admite apenas as críticas quanto à obscuridade relativa. Para corrigir essa limitação, ele escreveu os *Prolegômenos*.

A *Crítica*, referência dos *Prolegômenos*, deve ser “sistemática e completa... antes de pensar em permitir que surja a metafísica” (KANT, 1980, p. 11). Kant tem consciência de que para muitos, talvez, a *Crítica* só tivesse a aparência de algo novo no campo epistemológico. Assim, é tarefa dos *Prolegômenos* lhes convencer de que a filosofia de Kant presente na *Crítica* traz, sim, algo

nunca visto anteriormente (KANT, 1980, p. 11). A extensão, aridez e exatidão escolástica da *Crítica* podem ser prejudiciais às pretensões da obra, fortalecendo a velha metafísica, adverte o autor (KANT, 1980, p. 12).

Realizar a tarefa de fazer uma crítica geral da razão deve considerar que a razão pura é uma esfera isolada, na qual cada parte está conectada com as demais (KANT, 1980, p. 12). Os *Prolegômenos* são um plano de uma obra já realizada (a *Crítica*, que utilizara o método sintético) através do método analítico. Kant adverte que quem “se proponha a julgar a metafísica, ou pretenda mesmo criar uma, atenda totalmente às exigências aqui formuladas” (KANT, 1980, p. 13).

Primeiramente, deve-se definir qual seria a natureza da ciência metafísica. As fontes do conhecimento metafísico não podem ser empíricas, pois, trata-se de um conhecimento “metafísico e não físico... de conhecimento *a priori*, de entendimento puro ou de razão pura” (KANT, 1980, p. 14). Mas, é preciso não confundi-la com a matemática pura, a metafísica é conhecimento filosófico puro (KANT, 1980, p. 14).

Há apenas um tipo de conhecimento que merece o nome de metafísico. Qual? “O conhecimento metafísico deve conter juízos *a priori*”, pois se trata de uma espécie de conhecimento que tem o *a priori* como fonte (KANT, 1980, p. 14).

Não se deve olvidar que há uma diferença, quanto ao conteúdo, entre os juízos: juízos analíticos (explicativos) e juízos sintéticos (extensivos). Estes possuem um predicado que acrescenta algo a seu sujeito; aqueles têm predicados que se limitam a explicar o conteúdo no sujeito, sem lhe trazer nenhuma novidade (KANT, 1980, p. 15).

O princípio de contradição é o princípio dos juízos analíticos, estes são conhecimento *a priori*. Assim, as proposições analíticas são todas elas juízos *a priori* (KANT, 1980, p. 15). Já os juízos sintéticos podem ser *a priori* (origem no entendimento puro e na razão pura) ou *a posteriori* (origem na experiência). É importante ressaltar que nenhum juízo sintético pode derivar do princípio de contradição (KANT, 1980, p. 15).

Atenção: “Juízos de experiência são sempre sintéticos” (KANT, 1980, p. 15) e “Juízos matemáticos são em conjunto sintéticos” (KANT, 1980, p. 16). Primeiro, deve-se considerar que as proposições matemáticas não são juízos empíricos, mas *a priori*. Contudo, para Kant, “a proposição matemática é sempre sintética”. Ele ilustra isso, tomando a expressão $7 + 5 = 12$. Acrescentando ao número 7, sucessivamente, 1, 2, 3, 4 e 5 obteremos resultados diferentes, isto é, 8, 9, 10, 11 e 12 (KANT, 1980, p. 16).

Ele destaca que os princípios da geometria pura não são analíticos, ilustrando isso utilizando o exemplo da linha reta entre dois pontos (KANT, 1980, p. 16-17).

Para Kant, a divisão entre juízos analíticos e sintéticos é necessária para a realização da crítica do entendimento humano. Ele condena o fato dos filósofos dogmáticos não terem sido capazes de procurar as fontes dos juízos metafísicos fora da própria metafísica, isto é, nas leis puras da razão. Além disso, lembra que Locke, muito antes, já havia apontado para essa divisão (KANT, 1980, p. 17).

De acordo com o filósofo, se a metafísica como ciência fosse real, teríamos que responder apenas ao seguinte: “como é possível a metafísica e como começa a razão para chegar até ela?” (KANT, 1980, p. 18). Mas, segundo ele, até então, não havia nenhum livro que definitivamente pudesse nos mostrar o que é o ser supremo e o mundo futuro, “provados a partir de princípios da razão pura”. Ele destaca que a verdadeira utilidade da metafísica é permitir ampliarmos nosso conhecimento (KANT, 1980, p. 18-19).

O conhecimento metafísico puro se diferencia de outros conhecimentos *a priori* no seguinte: ele não progride a partir de conceitos, mas construindo conceitos, sendo os seus princípios sintéticos (KANT, 1980, p. 18-19).

Kant critica o fato de Hume, quando se propôs a dar conta da totalidade do conhecimento *a priori*, ter descuidado de uma parte dele, isto é, a metafísica pura (a mais importante). Contudo, a maneira como o pensador escocês lidou com a questão equivale a afirmar: “a matemática pura contém apenas proposições analíticas, mas a metafísica, sintéticas *a priori*” (KANT, 1980, p. 19). Todavia, neste ponto, Hume equivocou-se, deveria ter ultrapassado seu conceito metafísico de causalidade, para que pudesse enxergar a matemática *a priori* sintética (KANT, 1980, p. 19). Tal procedimento o teria impedido de fundar a metafísica apenas na experiência. Tudo isso teria feito Hume tratar o problema do mesmo modo como fez Kant (na primeira *Crítica* e nos *Prolegômenos*, por exemplo) (KANT, 1980, p. 19).

“Os juízos metafísicos propriamente ditos são todos sintéticos” (KANT, 1980, p. 19), garante o filósofo alemão. Contudo, eles não devem ser confundidos com os juízos que apenas pertencem à metafísica, pois muitos destes são analíticos. De acordo com Kant, a ciência tem por fim nos levar aos juízos metafísicos, estando ela, portanto, aos seus serviços. Ele destaca: “como a análise de um conceito puro do entendimento... não vai a diante senão pelo desmembramento de cada um dos outros conceitos empíricos, que não pertencem à metafísica... vê-se então que o conceito, e não o juízo analítico, é na verdade metafísico” (KANT, 1980, p. 19-20).

A matéria e o instrumento de construção da metafísica são, assegura Kant, os conceitos *a priori*. Devemos desmembrá-los entre proposições analíticas e proposições sintéticas. Este desmembramento é extremamente útil à metafísica. O autor conclui: apenas as proposições sintéticas *a priori* são o objetivo da metafísica (KANT, 1980, p. 20).

Em tom talvez de desabafo, o filósofo rejeita tanto o dogmatismo quanto o ceticismo, e diz restar somente uma pergunta: “é, em geral, possível a metafísica?” (KANT, 1980, p. 20). O autor dos *Prolegômenos* esclarece que a tarefa desta obra não é expor a metafísica, mas indicar o que precisamos fazer para torná-la uma realidade. Assim, o método dos *Prolegômenos* é o analítico, mas, na *Crítica*, o método utilizado havia sido o sintético (KANT, 1980, p. 20-21).

“Embora não se possa admitir que a metafísica seja real como ciência... podemos afirmar com segurança que certo conhecimento sintético puro *a priori* é real e dado, a saber, matemática pura e ciência pura da natureza” (KANT, 1980, p. 21). Portanto, o conhecimento sintético *a priori* é real. Então, precisamos saber como ele é possível, afinal (KANT, 1980, p. 21).

Eis a questão geral dos *Prolegômenos*: “Como é possível um conhecimento pela razão pura?” (KANT, 1980, p. 21). O autor lembra que as proposições sintéticas *a priori* não se baseiam nem no princípio de contradição nem na pura experiência. Então, resta saber quais princípios servem de base para ela. O roteiro de trabalho de Kant é posto aqui didaticamente: a) aceitando o fato de que existe o conhecimento sintético puro da razão; b) investigar o fundamento disso; c) perguntar como ele é possível; d) “determinar... as condições de seu uso, seu âmbito e seus limites” (KANT, 1980, p. 21). Porém, todo esse esforço está condicionado à obtenção de resposta para a seguinte questão: “Como são possíveis proposições sintéticas *a priori*?” (KANT, 1980, p. 22) – O autor reforça que, nos *Prolegômenos*, conhecimento pela razão pura é sempre sintético – O futuro da metafísica depende da resposta a essa questão, garante o filósofo (KANT, 1980, p. 22).

A obtenção dessa resposta exige uma reflexão tão difícil e penosa como jamais havia sido pedido à metafísica (KANT, 1980, p. 22). Irônico, o autor sugere aos leitores indispostos a enfrentar essa questão, seguindo os passos dele, mas por seus próprios meios, certamente mais fáceis. Kant finaliza o parágrafo, informando que a solução do problema lhe consumiu anos de exaustivo trabalho (KANT, 1980, p. 23).

Assim, nenhuma tarefa deverá ocupar as mentes dos metafísicos até conseguirem dar solução ao problema em foco, isto é, “Como são possíveis conhecimentos sintéticos *a priori*?” (KANT, 1980, p. 23), desafia ele.

Para aqueles que se diziam metafísicos, mas se recusavam a realizar seu trabalho de modo científico, o filósofo faz a seguinte advertência, ironicamente: “não lhes é permitido conjecturar sobre aquilo que está além de toda experiência possível, muito menos *saber*, mas apenas *admitir* algo (... unicamente para o [uso] prático)” (KANT, 1980, p. 23). Já que eles não podem mais realizar o trabalho especulativo, também não deverão mais ser chamados de metafísicos (KANT, 1980, p. 23).

A metafísica é precedida pela filosofia transcendental, que é a solução dessa questão acima posta. Então, até agora, essa filosofia não existia, diz o autor (KANT, 1980, p. 23).

O escritor lembra que os *Prolegômenos* tratam somente do conhecimento teórico. Assim, ele cita a matemática pura e a ciência pura da natureza, pois, nelas, temos conhecimento puro *a priori*. A ideia é, partindo delas, chegar a uma metafísica como ciência. Dessa forma, o autor divide a questão principal, nas seguintes:

- a) Como é possível a matemática pura?
- b) Como é possível a ciência pura da natureza?
- c) Como é possível a metafísica em geral?
- d) Como é possível a metafísica como ciência? (KANT, 1980, p. 24).

Elas apresentam a vantagem de “levar a procurar as fontes das ciências dadas na própria razão”, o que revelará “o poder da razão de conhecer algo *a priori*” (KANT, 1980, p. 24).

Na sequência, o autor enfrenta um a um esses elementos da questão principal, iniciando pela resolução do problema de como a matemática pura é possível. Kant sublinha que se trata de “um conhecimento vasto e provado”, de “absoluta necessidade”, não tem por base a experiência, mas é “um produto puro da razão”, além de ser sintético (KANT, 1980, p. 25). Indaga o filósofo: “Como é possível à razão humana constituir totalmente *a priori* tal conhecimento?” (KANT, 1980, p. 25). Então, ele irá verificar se não existiria, ocultamente, nesta capacidade da razão, “algum fundamento de conhecimento *a priori*” (KANT, 1980, p. 25).

O conhecimento matemático apresenta seu conceito “primeiro na *intuição e a priori*”, por isso, “seus juízos são sempre *intuitivos*”. A filosofia, por sua vez, “pode contentar-se com juízos *discursivos de simples conceitos* e explica sua doutrina apodítica por intuição mas nunca pode derivá-la daí” (KANT, 1980, p. 25). Sobre a possibilidade da matemática, temos: “deve haver um fundamento de uma *intuição pura qualquer* pela qual apresenta ela [matemática] todos os seus conceitos em concreto e no estudo *a priori*” (KANT, 1980, p. 25). Descobrimos-a e mostrando como ela é possível, será explicado: a) Como as proposições sintéticas *a priori* são possíveis na matemática; b) Como é possível a matemática (KANT, 1980, p. 25).

O autor avisa: a partir daqui, trata-se de perguntar: “Como é possível intuir algo *a priori*?” (KANT, 1980, p. 26). Alguns conceitos (grandeza, causa etc) podem ser produzidos por nós totalmente *a priori* sem estarmos em “relação imediata com o objeto”. Mas, “Como pode... a intuição do objeto preceder o próprio objeto?” (KANT, 1980, p. 26).

De fato, “é... incompreensível como a intuição de uma coisa presente devesse fazer-me conhecer como ela é em si”. Mesmo se as propriedades desse objeto pudessem passar para minha capacidade de representação “não se produziria a mesma intuição *a priori*... É, pois de uma única

maneira possível que minha intuição preceda a realidade do objeto e se produza como conhecimento *a priori*, quando ela nada mais contém do que a fórmula da sensibilidade que antecede, em meu sujeito, todas as impressões reais pelas quais os objetos me afetam.” (KANT, 1980, p. 26).

É apenas através da intuição sensível, que podemos intuir coisas *a priori*. Contudo, por estes meios, nós podemos conhecer os objetos apenas como eles se apresentam aos nossos sentidos, jamais como eles são em si (KANT, 1980, p. 26-27).

Sobre tempo e espaço, Kant diz que são intuições que fundamentam “os conhecimentos da matemática pura e juízos que surgem ao mesmo tempo como apodíticos e necessários” (KANT, 1980, p. 27). Para o autor, a matemática pura não pode fazer qualquer avanço se lhe faltar a intuição pura. É nesta que será possível encontrar a matéria para os juízos sintéticos *a priori*. Ele adverte que depois de se abrir mão de “tudo o que é empírico das intuições empíricas dos corpos e suas transformações... restam ainda tempo e espaço” (KANT, 1980, p. 27). Assim, essas duas intuições puras antecedem as intuições empíricas, pois são intuições empíricas *a priori* (KANT, 1980, p. 27).

Para o escritor, o trabalho proposto neste capítulo fica resolvido: “Matemática pura, como conhecimento sintético *a priori*, é somente possível na medida em que se refere apenas aos objetos dos sentidos, cuja intuição empírica serve de fundamento *a priori* a uma intuição pura (de espaço e tempo), e pode servir de fundamento por ser apenas a simples forma da sensibilidade que antecede a aparição real dos objetos, tornando-a, antes de mais nada, possível de fato. Contudo, este poder de intuir *a priori* refere-se não à matéria do fenômeno... mas unicamente à forma do mesmo, espaço e tempo” (KANT, 1980, p. 27). Estes são entendidos pelo filósofo como “exigências formais de nossa sensibilidade” (KANT, 1980, p. 27). Espaço e tempo não são naturezas reais, mas formas da intuição sensível (KANT, 1980, p. 28).

O pensador insiste: “nossa representação sensível não é, de modo algum, uma representação das coisas em si mesmas, mas somente de como elas nos aparecem” (KANT, 1980, p. 29). A respeito do espaço, ele ressalta: “nada mais é que a forma de todos os fenômenos externos sob o qual somente nos podem ser dados os objetos dos sentidos.” (KANT, 1980, p. 29). O espaço é o objeto de estudo do geômetra. Entretanto, esse espaço não é material, mas tem a tarefa de tornar o espaço físico possível ao nosso pensamento. Isto significa que “os objetos no espaço são apenas fenômenos,... representações de nossa intuição sensível.” (KANT, 1980, p. 30). O espaço, concebido pelo geômetra, “é... a forma da intuição sensível, que encontramos *a priori* em nós.” (KANT, 1980, p. 30). Kant adverte que os filósofos matemáticos (do passado) “devem concordar com as proposições do geômetra fruto da sensibilidade” (KANT, 1980, p. 30).

Pode-se afirmar que o geômetra, nesse sentido, está vacinado contra as armadilhas da metafísica superficial.

É na intuição, e só nela, que temos acesso ao objeto. Além disso, “o entendimento não intui nada, apenas reflete” (KANT, 1980, p. 30-31). Todos os corpos são meras representações, existindo somente em nosso pensamento (idealismo). Para o idealismo, só existe o ser pensante, “as demais coisas, que acreditamos perceber na intuição, seriam apenas representações nos seres pensantes” (KANT, 1980, p. 31). A posição de Kant é outra, isto é, existem objetos fora de nós. Todavia, nós não conseguimos conhecê-los como eles são em si, pois eles são para nós apenas fenômenos. Para o filósofo, sua posição não deve ser chamada de idealismo, porque ela é justamente o contrário disso. Ele se explica: “minha doutrina... não pode ser denominada idealista somente por eu achar que muitas outras, ou... todas *as propriedades que constituem a intuição de um corpo* pertencem apenas a seu fenômeno” (KANT, 1980, p. 31).

O pensador afirma ter provado com sua filosofia “que a sensibilidade consiste... na diferença genética da origem do próprio conhecimento”. Novamente, ele contesta aqueles que o acusam de negar a existência real do mundo sensível (KANT, 1980, p. 32).

Conforme já foi dito anteriormente, para Kant, espaço e tempo não são propriedades da própria coisa. Ele defende que, para sua doutrina da idealidade do espaço e do tempo, o mundo sensível não é uma ilusão, ao contrário, “é antes o único meio de assegurar a objetos reais a aplicação de um conhecimento mais importante que qualquer outro, ou seja, aquele que expõe a matemática *a priori*” (KANT, 1980, p. 33). Para o filósofo, essa sua doutrina é o único remédio capaz de combater a ilusão transcendental que sempre enganou a metafísica (KANT, 1980, p. 33).

Kant reclama, enfaticamente, contra a acusação que lhe fazem segundo a qual sua proposta não passa de idealismo. Para ele, apesar de ter dado à sua doutrina o nome de idealismo transcendental, este não deve ser confundido nem com o idealismo empírico nem com o idealismo místico e fantasioso do bispo Berkeley. Kant insiste que seu idealismo não quer duvidar das coisas, “mas apenas da representação sensível das coisas a que pertencem” (KANT, 1980, p. 34). Na filosofia kantiana, o termo transcendental tem a ver com nossa capacidade de conhecer. Para o autor, o seu idealismo melhor do que transcendental deve ser denominado de crítico (KANT, 1980, p. 34).

Na segunda parte da questão transcendental principal, o autor dedica seu esforço a solucionar o seguinte problema: “Como é possível a ciência pura da natureza?” (KANT, 1980, p. 35).

O que Kant entende por natureza? Ele a define como “a *existência* das coisas enquanto determinadas por leis universais”. Portanto, não a existência das coisas em si, pois, nesse caso, “não poderíamos conhecê-las nem *a priori* nem *a posteriori*” (KANT, 1980, p. 35).

A física não é um exemplo de ciência pura da natureza, completamente. Ela se refere apenas a objetos dos sentidos externos. Não obstante, na física geral, há princípios que “possuem realmente a universalidade por nós exigida” (KANT, 1980, p. 36), isto é, leis da natureza *a priori*. Existe, então, uma ciência pura da natureza. O passo seguinte, agora, é saber como isso é possível (KANT, 1980, p. 36).

O filósofo menciona outro significado para o termo natureza, a saber, “o conjunto de todos os objetos da experiência”. Este último determina o objeto, enquanto aquele “indicava apenas a regularidade das determinações das coisas em geral” (KANT, 1980, p. 36). É com a natureza, entendida deste mais recente modo, que Kant se ocupa. Trata-se “do conhecimento da natureza, cuja realidade pode ser comprovada pela experiência, embora [este conhecimento] seja possível *a priori* e preceda toda a experiência” (KANT, 1980, p. 36).

Enfim, nos *Prolegômenos*, Kant trata de “coisas enquanto objeto de uma possível experiência” (KANT, 1980, p. 36), isto é, da natureza. O autor pergunta: “Como é possível conhecer *a priori* a regularidade necessária da própria experiência com relação a todos os seus objetos em geral?” (KANT, 1980, p. 36).

O autor reitera que, na obra em questão, ele deve se “ocupar... apenas da experiência e das condições gerais dadas a priori de suas possibilidades, determinando daí a natureza como objeto total de toda a experiência possível.” (KANT, 1980, p. 37). Ele explica qual é a sua intenção, na seção em desenvolvimento, ou seja, trata-se de “mostrar como as condições *a priori* são, ao mesmo tempo, as fontes da possibilidade da experiência, das quais devem ser derivadas todas as leis universais da natureza.” (KANT, 1980, p. 37).

Kant explica como ocorre a experiência: “ao [juízo] empírico e ao que é dado à intuição sensível devem ser acrescentados conceitos particulares, os quais têm sua origem totalmente *a priori* no entendimento puro, e as quais deve ser primeiramente subordinada cada percepção, para ser logo em seguida transformada em experiência” (KANT, 1980, p. 37), por intermédio desses mesmos conceitos.

Ele destaca que “quando encontramos causas para tomar um juízo por necessária e universalmente válido... então devemos também tomá-lo por objetivo” e acrescenta: “não haveria razão para outros juízos concordarem necessariamente com o meu, se não fosse a unidade do objeto” (KANT, 1980, p. 38). Para o pensador, o objeto é conhecido por nós graças ao juízo que tomamos por universalmente válido e necessário. Isto significa dizer que “os juízos de

experiência tiram sua validade objetiva não do conhecimento imediato do objeto... mas apenas da condição de validade universal dos juízos empíricos..., a qual repousa... sobre um conceito do entendimento puro” (KANT, 1980, p. 38).

Que o açúcar seja doce é um exemplo de percepção apresentado pelo autor. Esse tipo de juízo só tem validade para o sujeito, não para o objeto. Outra coisa são os juízos de experiência. A respeito deles, Kant ilustra: “O que em determinadas circunstâncias me ensina a experiência deve ensinar sempre a mim e a todos” (KANT, 1980, p. 38). Para o filósofo, todos os juízos desta espécie são válidos objetivamente.

Agora, Kant vai analisar a experiência em geral (resultado dos sentidos e do entendimento) a fim de descobrir quais são as partes que a compõem. Vejamos: a) intuição/percepção (pertence aos sentidos apenas): b) julgar (pertence ao entendimento). Este pode ser de dois tipos: juízo de percepção (só possui validade subjetiva), incapaz de fazer com que a percepção resulte em experiência; juízo de conceitos, “A intuição dada deve ser subsumida sob um conceito, que determina a forma do julgar em geral com relação à intuição, conecta a consciência empírica da última numa consciência em geral e... confere valor universal aos juízos empíricos; tal conceito é um conceito de entendimento puro *a priori*, que nada mais faz a não ser determinar... a maneira como uma intuição serve para julgar” (KANT, 1980, p. 39). O filósofo conclui: “Ora, antes que um juízo de percepção se torne um juízo de experiência, é exigido que a percepção seja subsumida sob um conceito de entendimento desta espécie” (KANT, 1980, p. 39).

Kant informa que “os conceitos do entendimento puro nada mais são que conceitos de intuições e geral” (KANT, 1980, p. 40). Nesse sentido, ele apresenta a tábua lógica dos juízos, a tábua transcendental dos conceitos do entendimento e a tábua fisiológica pura dos princípios gerais da ciência da natureza (KANT, 1980, p. 41).

Ele adverte que esta seção dos *Prolegômenos* trata do que está contido na experiência, não de sua origem. “A experiência é composta de intuições pertencentes à sensibilidade e de juízos que dizem respeito somente ao entendimento” (KANT, 1980, p. 42).

O autor sintetiza: “Compete aos sentidos intuir; ao entendimento, pensar” (KANT, 1980, p. 42). Pensar e julgar se equivalem. “A união de representações numa consciência é o juízo” (KANT, 1980, p. 42). Os juízos em geral são, diz ele, ou subjetivos ou objetivos. Kant esclarece que caso “os momentos lógicos de todos os juízos... servirem de conceitos, então são conceitos da união *necessária* das mesmas representações numa consciência e... princípios de juízos objetivamente válidos” (KANT, 1980, p. 42). Trata-se de uma união ou analítica ou sintética. “A experiência consiste na conexão sintética de fenômenos (percepções) numa consciência, enquanto a mesma é necessária” (KANT, 1980, p. 42).

Ele prossegue: “Os juízos, enquanto considerados mera condição da união de representações dadas numa consciência, são regras” (KANT, 1980, p. 43). Segundo Kant, estas podem ser ou regras *a priori* ou princípios. “O[s] princípios de uma experiência possível são, ao mesmo tempo, leis universais da natureza, que podem ser conhecidas *a priori*.” (KANT, 1980, p. 43). Dessa forma o autor dá por solucionado o problema “*Como é possível a ciência da razão pura?*” (KANT, 1980, p. 43). De acordo com o filósofo, as condições para a forma de uma ciência foram apresentadas: os juízos em geral e as regras em geral (elas propiciam o sistema lógico); os conceitos (engendram o sistema transcendental); os princípios gerais (formam o sistema fisiológico) (KANT, 1980, p. 43).

A respeito destes temas: os axiomas da intuição representam a “aplicação da matemática à experiência”; as antecipações da percepção nos mostram que o entendimento pode antecipar sensações e que estas (o real do fenômeno) possuem graus. Isto “é a segunda aplicação da matemática à ciência da natureza” (KANT, 1980, p. 43-44).

Na sequência, o autor fala da relação dos fenômenos (tábua transcendental dos conceitos). Kant afirma que ela “não é matemática, ao contrário, ela é dinâmica e nunca objetivamente válida, nem... convém a uma experiência, se não estiver sujeita a princípios *a priori*” (KANT, 1980, p. 44). Continuando, ele diz: a) os fenômenos (aparências) devem ser subsumidos sob o conceito de substância; b) eles devem ser subsumidos sob o conceito de um efeito em relação a uma causa; c) eles devem ser subsumidos sob o conceito de comunidade. Desse modo, “princípios *a priori* servem de fundamento para juízos objetivamente válidos... estes princípios são as próprias leis da natureza e podem ser denominados dinâmicos” (KANT, 1980, p. 44).

A respeito dos juízos da experiência, Kant mostra que o conhecimento da concordância e da conexão faz parte deles, sobretudo, no que se refere à sua relação com a experiência em geral. Esta relação contém possibilidade, existência e necessidade de acordo com leis gerais da natureza (KANT, 1980, p. 44).

Kant salienta que “a terceira tábua dos princípios... mostra uma perfeição... a saber, que todos os princípios sintéticos *a priori* foram estabelecidos completamente e segundo um princípio, ou seja, o poder de julgar em geral, que constitui a essência da experiência com relação ao entendimento... não é este... o seu maior mérito” (KANT, 1980, p. 45).

Continua o autor: “os princípios pensados não se referem diretamente aos fenômenos e sua relação, mas à possibilidade da experiência, da qual os fenômenos constituem apenas a matéria e não a forma, isto é, proposições sintéticas e válidas objetiva e universalmente” (KANT, 1980, p. 45).

Note-se que “apesar de a sensação não poder ser conhecida, nunca *a priori*,... pode, entretanto, ser intensivamente distinta, numa experiência possível em geral, de qualquer outra da mesma espécie; é justamente isso que possibilita a aplicação da matemática à natureza, no que diz respeito à intuição sensível” (KANT, 1980, p. 46).

Kant faz uma advertência ao leitor, a saber, existe uma diferença entre experiência e “simples agregado de percepções” (KANT, 1980, p. 46).

Partindo do problema de Hume, o autor faz referência aos conceitos de causalidade, subsistência, comunidade e substância. Ele afirma: “estou bem longe de considerar estes conceitos como meramente derivados da experiência, e a necessidade representada neles, como ilusão e simples aparência resultante de longo hábito” (KANT, 1980, p. 46-47).

Assim como não sabemos nada da coisa em si mesma, desconhecemos também o que é o fenômeno enquanto fenômeno. Diz o escritor: “as representações pertencem a uma classe de juízos, como sujeito em relação a predicados, a outra como causa em relação a um efeito e uma terceira, como partes que constituem todo um conhecimento possível. Além disso, conhecemos *a priori*: ...se nos ocupássemos como objeto em si mesmo, não haveria um único indício possível, pelo qual pudesse conhecer, que fosse determinado a um ou outro dos momentos pensados”² (KANT, 1980, p. 47).

É preciso saber como coisas enquanto objetos da experiência podem e devem ser subsumidas sob aqueles conceitos do entendimento³. O autor reconhece ser possível e necessário para ele “subsumir todos os fenômenos sob estes conceitos, ou seja, utilizá-los como princípios da possibilidade da experiência” (KANT, 1980, p. 47).

Kant diz que para ele, causa é um conceito que pertence “à simples forma da experiência” e possivelmente “como uma união sintética das percepções numa consciência em geral” (KANT, 1980, p. 48). No entender do autor, “o conceito de causa designa uma condição inerente não às coisas, mas à experiência” (KANT, 1980, p. 48).

A respeito dos conceitos do entendimento puro, Kant diz que eles “não têm nenhuma significação, quando se afastam dos objetos da experiência e querem ser relacionados apenas [com as] coisas em si mesmas (noumena).” (KANT, 1980, p. 48), levando a confundir fenômenos com experiência.

Importa sublinhar que a solução dada por Kant ao problema de Hume “salva... aos conceitos do entendimento puro sua origem *a priori* e às leis universais da natureza sua validade como leis do entendimento de tal maneira que limita seu uso na experiência, porque sua

² Conceitos de substância, causa ou comunidade.

³ Na tradução da Abril Cultural (KANT, 1980), está “sob aquele conceito de entendimento”. Aqui, optamos pela tradução para a língua inglesa (KANT, 2004), pois representa melhor ao que encontramos na versão alemã (KANT, 2001).

possibilidade só tem fundamento na relação do entendimento com a experiência” (KANT, 1980, p. 48). Ao contrário do filósofo inglês, Kant assegura que a experiência decorre dessas leis.

O resumo do que foi dito desde o início da seção é que “os princípios *a priori* nada mais são que princípios de experiência possível” (KANT, 1980, p. 48), sendo assim, eles devem se relacionar apenas com fenômenos, jamais com a coisa em si. “Por isso, tanto a matemática pura como a ciência pura da natureza podem ir além dos meros fenômenos e representam apenas aquilo que torna possível uma experiência em geral” (KANT, 1980, p. 48).

Kant critica os metafísicos (tradicionais) pelo fato destes, em nenhum momento, terem refletido a respeito seja da natureza do entendimento puro seja sobre a possibilidade dele. Tal equívoco levou esses dogmáticos a não estabelecerem limites para o conhecimento humano.⁴ (KANT, 1980, p. 48).

O autor menciona a divisão do mundo em *phaenomena* (mundo sensível) e *noumena* (mundo inteligível) feita pela tradição filosófica. Ele condena o fato de se ter confundido fenômeno com ilusão. Kant não nega a existência do *noumena*, “mas só limita os princípios da estética” (KANT, 1980, p. 49).

Essa admissão exige que se respeite uma regra rigorosa: “que não sabemos, nem podemos saber, nada de determinado destes seres..., porque nossos conceitos de entendimento puro, bem como nossas intuições puras, referem-se apenas a objetos de uma experiência possível, portanto, a meros seres sensíveis e, tão logo nos desviemos deles, tais conceitos deixam de ter a mínima significação” (KANT, 1980, p. 50).

Sobre os conceitos de entendimento puro, Kant alerta que eles exercem uma “atração para um uso transcendente”. O entendimento com seus conceitos (legítimos) desrespeita os limites do uso desses conceitos (KANT, 1980, p. 50).

O escritor chama a atenção para duas investigações presentes na *Crítica*: a primeira⁵ conclui que os sentidos não fornecem os conceitos do entendimento puro, apenas o esquema para o seu uso, “e que o objeto a ele conforme só se encontra na experiência” (KANT, 1980, p. 50); a segunda indica que apesar da independência, em relação à experiência, dos nossos conceitos do entendimento e princípios inteligíveis puros, entretanto, fora do campo da experiência nada pode ser pensado por meios deles, “porque nada podem fazer a não ser determinar apenas a forma lógica do juízo em relação a intuições dadas”⁶ (KANT, 1980, p. 50-51).

⁴ O §31 está carregado de ironia kantiana em relação a esses dogmáticos. Mais uma vez, Kant insiste que o limite de nossa razão é a experiência.

⁵ Aqui, a edição da Abril Cultural (KANT, 1980) emprega o plural, trazendo a expressão “Pelas primeiras”.

⁶ Nesse §34, o trecho objeto dessa segunda questão (quatro linhas) que vai de “não obstante...” (p. 50) até “...campo da experiência” (p. 51), na edição da Abril Cultural, apresenta alguns problemas de tradução. Acreditamos ter

O entendimento é conexão de intuições dadas numa experiência, e fora dela, “os conceitos são destituídos de significação” (KANT, 1980, p. 51). Assim, o autor adverte do perigo de se deixar levar pela imaginação, pois nada mais é senão o desrespeito aos limites da experiência. Ele defende ser erro imperdoável que o entendimento, ao invés de pensar, divague. Kant lamenta que jovens pensadores se deixem com facilidade atrair para a metafísica dogmática, pois acha isso um desperdício de talento (KANT, 1980, p. 51).

O ápice da filosofia transcendental é responder à pergunta “Como é possível a própria natureza?” (KANT, 1980, p. 52). Este problema se subdivide em duas questões: a) Como é possível a natureza em sentido material (intuição e sensação)? A solução se encontra na *Crítica* (estética transcendental) e nos *Prolegômenos* (solução da primeira questão principal); b) Como é possível a natureza em sentido formal (regras)? Resposta: “ela só é possível pela condição de nosso entendimento”. Graças a ela, “as representações da sensibilidade devem ser relacionadas... em uma consciência”, permitindo que pensemos por meio de regras, o que possibilita a experiência (KANT, 1980, p. 52). Esta solução aparece na *Crítica* (lógica transcendental) e nos *Prolegômenos* (segunda questão principal).

Kant adverte que muitas leis da natureza podem ser conhecidas por nós, unicamente, através da experiência, todavia a natureza em geral nós não podemos conhecer por meio da experiência⁷ [die Natur überhaupt, können wir durch keine Erfahrung kennen lernen] (KANT, 2001, §36). A possibilidade da experiência é, ao mesmo tempo, a lei universal da natureza. Nós conhecemos a natureza como a soma total dos fenômenos (KANT, 1980, p. 52).

Nesta parte, a principal proposição é “as leis gerais da natureza podem ser conhecidas *a priori*” (KANT, 1980, p. 53). Daí, temos: “a legislação suprema da natureza deve estar em nós mesmos, isto é, em nosso entendimento, e que não devemos buscar as leis gerais da natureza na própria natureza por meio da experiência... devemos derivar a natureza... das condições de possibilidade da experiência inerentes à nossa sensibilidade e ao nosso entendimento” (KANT, 1980, p. 53). Ele problematiza: Como seria possível conhecer as leis de modo *a priori* se elas não são regras do conhecimento analítico, mas, ao contrário, são extensões sintéticas do conhecimento? (KANT, 1980, p. 53).

O autor parte da figura do círculo para, utilizando sucessivos exemplos, apresentar uma “natureza que se funda em leis, que o entendimento conhece *a priori*, principalmente dos princípios universais da determinação do espaço.” (KANT, 1980, p. 54). O filósofo indaga se essas leis da natureza estão no espaço ou, ao contrário, “estão no entendimento e na maneira

resolvido isso ao seguir a tradução para a língua inglesa (KANT, 2004), pois, neste fragmento, ela está em total sintonia com a versão alemã (KANT, 2001).

⁷ A tradução da Abril Cultural (KANT, 1980) diz o contrário, isto é, “a natureza em geral, só podemos conhecer pela experiência” (KANT, 1980, p. 52).

como este determina o espaço segundo as condições da unidade sintética, para onde convergem todos os seus conceitos?” (KANT, 1980, p. 54).

Respondendo, ele diz (nos exemplos utilizados neste §38) que é o entendimento que determina o espaço. Assim, “é o entendimento a origem da ordem universal da natureza ao abarcar todos os fenômenos em suas próprias leis e, deste modo, constitui primeiramente a experiência... *a priori*?” (KANT, 1980, p. 55). Qualquer coisa que for objeto de conhecimento da experiência deve ser submetida às leis do entendimento (KANT, 1980, p. 55). Kant lembra que, em relação aos elementos puros do conhecimento humano, ele conseguiu separar os conceitos elementares puros da sensibilidade (espaço e tempo) daqueles pertencentes ao entendimento.

Kant almeja encontrar um princípio que sirva para medir até às últimas conseqüências o entendimento humano. Assim, para ter sucesso nessa tarefa, diz ele: “procurei ver senão havia uma operação do entendimento que contivesse todas as outras e que se distinguísse apenas por diferentes modificações ou momentos, para colocar a multiplicidade das representações sob a unidade do pensar em geral, e então encontrei que esta operação do entendimento consiste no julgar”. (KANT, 1980, p. 56).

O autor informa que a partir do trabalho já existente dos lógicos, ele vai elaborar uma tábua das funções do entendimento puro. Depois ele irá referir essas funções “à condição para determinar juízos como objetivamente válidos, resultando daí conceitos do entendimento puro [categorias]... somente eles... podem constituir todo o nosso conhecimento das coisas a partir do simples entendimento.” (KANT, 1980, p. 56). Dessas categorias pode derivar todo um sistema de conceitos (predicáveis). Tudo isso deve levar ao sistema da filosofia transcendental, apresentado por Kant na *Crítica*, publicada em 1781.

No sistema de categoria kantiano, o principal ponto é que, graças às categorias, “puderam ser determinados com exatidão o verdadeiro significado dos conceitos do entendimento puro e as condições de seu uso” (KANT, 1980, p. 56). Elas são funções lógicas e precisam da intuição sensível como fundamento, servem para determinar juízos empíricos, “tornando-os universalmente válidos e possíveis por meio de seus juízos de experiência em geral” (KANT, 1980, p. 56). Kant limita as categorias ao uso da experiência.

O autor lamenta o fato do estudo do conhecimento da razão pura, realizado nesse formato proposto por ele, ter esperado até a segunda metade do século XVIII para ocorrer. Infelizmente, o que se viu, desde os primórdios da filosofia, foi uma forma dogmática desse estudo (metafísica), caracterizada por obscuridades, sutilezas vãs e inutilidades (KANT, 1980, p. 57).

O passo que se inicia agora é a tentativa do autor de responder à pergunta “Como é possível a metafísica em geral?”, ou seja, a terceira parte da questão transcendental principal (KANT, 1980, p. 59).

Ele reconhece que nem a matemática pura nem a ciência da natureza pura precisavam do trabalho investigativo realizado por ele acima. Kant informa tê-lo feito por causa da metafísica. Esta tem a ver tanto com os conceitos da natureza quanto com os conceitos do entendimento puro. A questão aqui enfrentada diz respeito “à ocupação da razão somente consigo mesma.” (KANT, 1980, p. 59). O autor adverte que “mesmo *a totalidade absoluta de toda a experiência possível não é experiência*” (KANT, 1980, p. 59).

O entendimento precisa das categorias para a experiência ao passo que “a razão contém em si o fundamento das ideias” (KANT, 1980, p. 60).

Para o filósofo é necessário diferenciar os conceitos da razão pura das categorias ou conceitos do entendimento puro a fim de que a metafísica seja possível. Se a *Crítica* tivesse realizado somente essa distinção, já teria feito mais pela metafísica do que tudo o que tentaram fazer por ela durante mais de 2000 anos (KANT, 1980, p. 60).

Na *Crítica*, Kant sempre teve o cuidado de fazer a diferenciação entre os distintos tipos de conhecimento, além de “derivar de sua fonte comum os conceitos pertencentes a cada” um deles (KANT, 1980, p. 61). De acordo com o autor, isso permite “conhecer, segundo princípios, a completa enumeração, classificação e especificação dos conceitos *a priori*.” (KANT, 1980, p. 61).

Para ele, “a origem das categorias [está] nas quatro funções lógicas de todos os juízos do entendimento,... a origem das ideias nas três funções do raciocínio” (KANT, 1980, p. 61). Os conceitos da razão pura têm sua origem na própria atividade da razão, a qual “enquanto apresenta os juízos de entendimento como determinados em relação a uma ou outra forma *a priori*, constitui o conceito transcendental da razão pura”. (KANT, 1980, p. 61).

Os raciocínios são divididos pelo escritor em categóricos, hipotéticos e disjuntivos. Assim, temos: “Os conceitos da razão fundados nisso contém... a ideia do sujeito completo;... a ideia da série completa das condições;... a determinação de todos os conceitos na ideia de uma completa totalidade do possível.” (KANT, 1980, p. 61). Isso corresponde, respectivamente, à ideia fisiológica (psicológica)⁸, cosmológica e teológica. Além disso, conseqüentemente, funda-se nesta divisão tríplex última o conjunto da dialética da razão pura em paralogismo, antinomia e, finalmente, ideal da razão pura (KANT, 1980, p. 61).

O filósofo adverte: “Que a alma seja uma substância simples, ou não, pode ser-nos inteiramente indiferente para a explicação dos fenômenos da mesma;... Tampouco nos servem as

⁸ A versão alemã (KANT, 2001) e a tradução inglesa (KANT, 2004) trazem, respectivamente, [psychologisch] e [psychological], mas a tradução da Abril Cultural (KANT, 1980) utiliza o termo “fisiológica”.

ideias cosmológicas do início do mundo, ou de sua eternidade... para esclarecer qualquer fenômeno do próprio mundo... Finalmente,... devemos abster-nos de todo esclarecimento a respeito da disposição da natureza tirado da vontade de um ser superior, porque isto não é mais filosofia da natureza” (KANT, 1980, p. 62).

O §45 traz uma observação geral para a dialética da razão pura. Acima, nos *Prolegômenos*, já foi avisado “que a ausência de toda mescla de determinações sensíveis nas categorias pode desviar a razão e levá-la a estender seu uso para além da experiência, a coisas em si mesmas” (KANT, 1980, p. 63). Existe o perigo do entendimento divagar pelo campo de entes do pensamento. Ele pode ser impelido a procurar *noumena*. As ideias transcendentais atraem o entendimento iludido a um uso transcendente (KANT, 1980, p. 63). Elas são destinadas não a introduzir conceitos enganosos⁹, “mas a fim de contribuir para a ampliação ilimitada do uso da experiência” (KANT, 1980, p. 63). Para não divagar e manter-se no campo da experiência, o entendimento precisa de uma disciplina científica (KANT, 1980, p. 63).

Na sequência, o autor irá desenvolver suas reflexões sobre cada um dos três grupos de ideias, começando pelas psicológicas.

Nas substâncias, depois de eliminados os acidentes, o sujeito é desconhecido para nós. De acordo com Kant, a culpa não é do entendimento (KANT, 1980, p. 63). “A razão pura exige que devemos procurar para cada predicado de uma coisa seu sujeito correspondente... até o infinito” (KANT, 1980, p. 64). Desse modo, “não devemos considerar nada que logramos alcançar como o último sujeito e que o substancial nunca pode ser pensado por nosso entendimento” (KANT, 1980, p. 64). O filósofo defende que “o eu não é nenhum conceito, mas apenas a designação do objeto do sentido interno” (KANT, 1980, p. 64), em si, ele não é nem predicado nem conceito de um sujeito absoluto.

Considerando que o conceito de substância, necessariamente, precisa ser atrelado ao de permanência, o autor explica que é impossível demonstrar a permanência como coisa em si, mas apenas como válida para a experiência. Assim, aplicando isso à possibilidade da permanência da alma como substância, diz ele: “isto só pode valer para ela tendo por fim uma experiência possível e não como uma coisa em si mesma e além de toda experiência possível.” (KANT, 1980, p. 65). Já que a morte é o fim de toda experiência humana, nós só somos capazes de conhecer a respeito da permanência da alma, na vida (KANT, 1980, p. 65).

⁹ A tradução da Abril Cultural traz a expressão “Conceitos transcendentais”, mas encontramos na publicação em alemão (KANT, 2001) a forma [überschwengliche Begriffe] e, na de língua inglesa (KANT, 2004) temos [overreaching concepts]. Optamos por utilizar o adjetivo “enganosos” (seguindo a tradução em língua inglesa) por estar de acordo com a versão em alemão.

Kant sublinha que seu idealismo formal deve ser chamado de transcendental, e que ele é diferente daquele elaborado por René Descartes, isto é, material¹⁰ (KANT, 1980, p. 66).

Agora, o foco da atenção do escritor serão as ideias cosmológicas. “Este produto da razão pura em seu uso transcendente é o mais notável fenômeno da mesma, o qual age com maior força entre todos para despertar a filosofia de seu sono dogmático e levá-la a ocupar-se com a difícil tarefa da crítica da razão.” (KANT, 1980, p. 67).

São quatro ideias da mesma forma que quatro são as classes das categorias. Há quatro afirmações dialéticas da razão pura, opondo-se a cada uma delas outro princípio contraditório. Nenhuma artimanha da metafísica dogmática é capaz de resolver essa antinomia. Ela está radicada na própria natureza da razão humana. Eis cada tese com a antítese correspondente (KANT, 1980, p. 67):

- a) Tese: “O mundo tem um princípio (limite) segundo o tempo e o espaço.”
Antítese: “O mundo é infinito segundo o tempo e o espaço.”
- b) Tese: “Tudo no mundo é constituído do simples.”
Antítese: “Nada é simples, mas tudo é composto.”
- c) Tese: “Há no mundo causas dotadas de liberdade.”
Antítese: “Não há liberdade, mas tudo é natureza.”
- d) Tese: “Na série das causas do mundo, há um ente necessário qualquer.”
Antítese: “Nada nesta série é necessário, mas tudo é contingente.” (KANT, 1980, p. 68).

O autor denuncia que, nesses casos, proposição e contraposição podem ser provadas com evidência, clareza e irrefutabilidade, dividindo a razão em si mesma. Este estado de coisas incomoda o filósofo crítico (KANT, 1980, p. 68).

Kant alerta para o fato de se poder lidar com a metafísica de várias formas, sem sequer suspeitar que alguém possa estar avançando em erro¹¹ (KANT, 1980, p. 69). Caso nós não caiamos em contradição, nós jamais seremos refutados pela experiência, nos casos em que os conceitos conectados por nós são meras ideias, as quais não podem de modo algum ser dadas na experiência. Tendo presente os exemplos da antinomia utilizados por Kant, como revelar a inexatidão da proposição afirmada ou negada? “O único caso que a razão poderia... deixar entrever... seria quando fundasse a afirmação num princípio universalmente aceito e deduzisse de um outro, igualmente aceito e com o maior rigor dedutivo, justamente o contrário.” (KANT,

¹⁰ A partir daqui, o trecho final deste §49, na edição da Abril Cultural (KANT, 1980), é inferior ao correspondente na tradução em língua inglesa (KANT, 2004). Esta versão não dá margens a confusões e está mais próxima da edição em alemão (KANT, 2001).

¹¹ Aqui, optamos pela tradução na língua inglesa (KANT, 2004), pois ela está mais próxima da versão em alemão (KANT, 2001). A tradução do trecho, na Abril Cultural (KANT, 1980), é por demais livre.

1980, p. 69). É o caso, aqui, em relação às quatro ideias naturais da razão de onde derivam as quatro teses com suas respectivas antíteses. Isto vai desvelar “a ilusão dialética da razão pura.” (KANT, 1980, p. 69).

Matemáticas é a designação que o autor dá às duas primeiras antinomias. Ele alerta que os objetos no espaço e no tempo não são coisas em si mesmas, pois, até o espaço e o tempo só existem nas minhas representações. Ele sublinha que “os objetos dos sentidos existem apenas na experiência” (KANT, 1980, p. 70). Desse modo, não é possível para meus conceitos dizer se o mundo, no espaço e no tempo, é finito ou infinito, uma vez que a mim não é permitido ter a experiência nem de uma coisa nem da outra. Assim, nas duas primeiras antinomias, tese e antítese são falsas (KANT, 1980, p. 70).

Nessas duas antinomias, “a falsidade da pressuposição consistia em que o que se contradiz (ou seja, fenômeno como coisa em si) era apresentado como conciliável num conceito.” (KANT, 1980, p. 70-71). Ocorre que, nas outras duas (denominadas dinâmicas), “a falsidade da pressuposição consistia em que o conciliável é apresentado como contraditório,... ambas... podem ser verdadeiras.” (KANT, 1980, p. 71).

Na relação causa/efeito, não é exigido que haja homogeneidade entre as partes e o todo, “pois, o conceito de causalidade... não a exige”, explica o autor (KANT, 1980, p. 71). Ele prossegue: “todas as ações de entes racionais, enquanto fenômenos... estão sujeitas à necessidade da natureza, mas as mesmas ações, consideradas apenas em relação com o sujeito racional e com sua capacidade de agir apenas pela razão, são livres.” (KANT, 1980, p. 72). Ele avança, em sua discussão, focando na necessidade da natureza: “*a lei da natureza permanece*, quer seja o ente racional causa dos efeitos no mundo sensível a partir da razão e, por conseguinte, pela liberdade, quer não os determine por fundamentos racionais.” (KANT, 1980, p. 72).

Dando sequência a suas análises, o filósofo concentra-se no tema liberdade. “A liberdade não tolhe, portanto, a lei natural dos fenômenos, tampouco esta impede a liberdade do uso prático da razão, que está relacionado às coisas em si mesmas, como princípios determinantes.” (KANT, 1980, p. 73). A liberdade prática está salva. O autor afirma: “isto pode servir para o esclarecimento daquilo que tínhamos a dizer acerca da liberdade transcendental e sua conciliação com a necessidade da natureza” (KANT, 1980, p. 73).

A quarta antinomia tem sua solução nos moldes da terceira. O autor conclui: “não há causa do mundo sensível... cuja existência seja absolutamente necessária, e, por outro lado, que este mundo está ligado a um ser necessário como sua causa” (KANT, 1980, p. 73).

Para ele, há uma condição necessária para podermos superar essas antinomias, isto é, aceitar que os objetos do mundo sensível são apenas fenômenos e não coisas em si (KANT, 1980, p. 74).

Uma vez tratado das ideias cosmológicas, Kant irá debater sobre a ideia teológica.

Ele alerta: “A terceira ideia transcendental que dá matéria ao mais importante uso da razão, mas que, se exercido apenas especulativamente, torna-se exaltado (transcendente) e... dialético, é o ideal da razão pura” (KANT, 1980, p. 74).

Sobre as pretensões da teologia transcendental, o autor é incisivo ao dizer que não tem muita novidade para falar nos *Prolegômenos*, mostra-se satisfeito com aquilo já discutido e apresentado na *Crítica* (KANT, 1980, p. 74).

As ideias transcendentais são conceitos da razão, dados fora da experiência, mas também “princípios, destinados a trazer ao nosso uso do entendimento inteireza e unidade dialética, e que são válidos para a experiência... como totalidade” (KANT, 1980, p. 75). Aqui, o filósofo tem em vista a criação de um sistema que dê conta do uso prático da razão e do fim supremo do uso especulativo. “As ideias transcendentais expressam,... a determinação própria da razão, a saber, como um princípio da unidade sistemática do uso do entendimento.” (KANT, 1980, p. 75). Todavia, no que se refere ao uso da razão, ele alerta para erro de se tomar aquilo que é, realmente, apenas regulativo para ser constitutivo. De acordo com o pensador, isto é um engano “e uma dialética, que em parte confunde o uso da razão, em parte introduz nela um dissídio.” (KANT, 1980, p. 75-76).

A partir daqui até o final desta seção, o autor fará conclusões a respeito da determinação dos limites da razão pura. Assim, ele destaca que em relação a qualquer objeto, seria um absurdo esperar conhecer além do que pertencia a uma experiência possível do mesmo. Por outro lado, “seria absurdo ainda maior não admitir nenhuma coisa em si mesma ou pretender que nossa experiência seja o único modo possível de se conhecer as coisas... que nossa intuição do espaço e do tempo seja a única intuição possível, que nosso entendimento discursivo seja o protótipo de todo o entendimento possível... que os princípios da possibilidade da experiência sejam as condições universais das coisas em si mesmas.” (KANT, 1980, p. 76).

O filósofo denuncia a metafísica juntamente com sua dialética indisciplinada de terem sido a origem do ceticismo. Este, em seus primórdios, aplicava-se a condenar tudo aquilo que ultrapassasse o uso empírico da razão; depois, progressivamente, passou “a duvidar mesmo dos princípios da experiência.” (KANT, 1980, p. 76).

Surge uma confusão na ciência, isto é, até onde podemos confiar na razão? “É verdade que não podemos, além de toda experiência possível, dar um conceito definido do que possam

ser as coisas em si mesmas. Mas não conseguimos livrar-nos de procurá-las, pois a experiência nunca satisfaz totalmente a razão.” (KANT, 1980, p. 76-77).

Na matemática e na ciência da natureza, a razão conhece barreiras e não limites. O autor esclarece: Estas ciências lidam com fenômenos, ao passo que a metafísica e a moral dedicam-se ao “que não pode ser um objeto da intuição sensível” (KANT, 1980, p. 77).

A metafísica, por sua vez, “leva-nos a limites nas suas tentativas dialéticas da razão pura... e as ideias transcendentais... servem não só para nos mostrar realmente os limites do uso da razão pura, mas também a maneira de determiná-los” (KANT, 1980, p. 78). Para o filósofo, estes limites são “o fim e a utilidade desta disposição natural de nossa razão que gerou a metafísica” (KANT, 1980, p. 78). Esta já está predisposta no homem. Apenas no conhecimento de entes como coisas em si, “pode a razão esperar ver uma vez satisfeita sua aspiração de alcançar a inteireza no progresso do condicionado às suas condições.” (KANT, 1980, p. 78).

É lembrado pelo escritor que os exemplos de barreiras citados por ele, nos parágrafos anteriores, deixam entrever a existência de algo mais além delas. Na verdade, sabemos que essas coisas existem, porém não somos e nem seremos capazes de conhecê-las em si mesmas. A propósito disso, ele indaga: “Como se comporta nossa razão nesta conexão entre o que conhecemos e o que não conhecemos e jamais conheceremos?” (KANT, 1980, p. 79).

Sobre o conceito de um ente supremo (um conceito totalmente puro da razão), temos: “os elementos de meu conceito estariam sempre no fenômeno; fui... obrigado pela insuficiência dos fenômenos, a ir, para além deles, ao conceito de um ser não dependente dos fenômenos e ligado a eles como condição de sua determinação.” (KANT, 1980, p. 79). Para o autor, as objeções que David Hume levanta contra o deísmo não se sustentam, todavia, suas objeções em relação ao teísmo são não apenas consistentes, mas também irrefutáveis em certos casos. “Hume insiste sempre no fato de que pelo simples conceito de um ente primitivo... não podemos pensar realmente nada determinado,... não é suficiente afirmar que ele é uma causa, mas especificar como é constituída sua causalidade, a saber, pelo entendimento ou pela vontade” (KANT, 1980, p. 80). Este é o início do ataque feito por Hume ao teísmo, pois, até então ele só havia investido sua força contra as provas do deísmo.

Kant lembra que a razão pertence não apenas ao campo da experiência, mas também àquele dos entes do pensamento. Desse modo, é possível conciliar o preceito “evitar todos os juízos transcendentais da razão pura” com o preceito “remontar aos conceitos que estão fora do uso imanente (empírico)”. Ambos podem existir mutuamente, desde que se respeite “o *limite* de todo uso legítimo da razão” (KANT, 1980, p. 80). Na realidade, o filósofo defende que o mundo

sensível se refere ao desconhecido, sendo-me permitido conhecer este último, não em si, mas naquilo que ele é para mim (KANT, 1980, p. 81).

Trata-se de um conhecimento por analogia (neste caso, estamos falando de uma semelhança perfeita). “Por meio desta analogia resta-nos um conceito do ente supremo suficientemente determinado *para nós*, embora tenhamos de deixar de lado tudo que poderia *determiná-lo* absolutamente *em si mesmo*, pois nós o determinamos respectivamente ao mundo e a nós.” (KANT, 1980, p. 81).

Considerando a postura de Hume sobre o ente supremo, Kant se defende: “também não nos pode alegar que nada nos restaria ao se suprimir o antropomorfismo objetivo do conceito do ente supremo.” (KANT, 1980, p. 81). Continuando: “Se nos for concedido inicialmente (como o faz Hume...), como uma hipótese necessária, o conceito deísta do ente primitivo,... nada nos pode impedir de atribuir a este ente *uma causalidade por meio da razão* com relação ao mundo e assim passar ao teísmo.” (KANT, 1980, p. 81). Ainda assim, não seria preciso atribuir a razão ao próprio ser supremo, como se fosse uma propriedade inerente a ele.

Depois, “a razão não é transposta como propriedade ao ente originário em si mesmo, mas à relação do mesmo com o mundo dos sentidos, evitando desta maneira... o antropomorfismo.” (KANT, 1980, p. 82). Evita-se que pensemos Deus por meio do uso da propriedade da razão; mas, ao contrário, através deste pensemos o mundo, como é preciso para termos o maior uso possível da razão no que se refere a pensar o mundo de acordo com um princípio. Assim, nós reconhecemos que o ser supremo nos é totalmente imperscrutável e mesmo inconcebível de maneira determinada (KANT, 1980, p. 82).

O autor aponta que sua crítica da razão é um meio termo entre o dogmatismo contra o qual Hume lutou e o ceticismo (KANT, 1980, p. 82).

As *noumena* “devem ser admitidas pelo entendimento, justamente pelo fato de ele conhecer os objetos da experiência como simples fenômenos.” (KANT, 1980, p. 83). Então é preciso saber como a razão limita o entendimento em relação a essas duas áreas da realidade. Para Kant, a experiência não é capaz de impor limites a si mesma, aquilo que poderá realizar esta tarefa está localizado fora dela, isto é, “o campo dos puros entes do entendimento. Mas este é para nós um espaço vazio.” (KANT, 1980, p. 83).

O próprio autor apresenta assim o resultado da crítica elaborada por ele: “a razão nunca nos ensina mais através de seus princípios *a priori* do que objetos de experiência possível e também destes mais nada do que se pode conhecer na experiência.” (KANT, 1980, p. 83). Apesar desta afirmação, é possível à razão nos levar ao limite objetivo da experiência, isto é, aquilo que “deve ser o fundamento supremo de todos os objetos da mesma” (KANT, 1980, p. 84).

É explicado pelo filósofo que ele fez nos *Prolegômenos* “uma exposição pormenorizada da metafísica segundo sua possibilidade subjetiva, como ela [a metafísica]¹² é realmente dada *na disposição natural* da razão humana” (KANT, 1980, p. 84). Continuando, ele declara ter percebido a necessidade da razão ser contida e limitada por meio de uma disciplina, que somente pode dar-se através da crítica científica, este uso totalmente natural desse tipo de predisposição de nossa razão a envolve em inferências dialéticas transcendentais¹³ (portanto, uma metafísica sofista, dispensável e prejudicial). (KANT, 1980, p. 84).

O filósofo confessa: “penso descobrir que esta disposição da natureza tem por fim libertar nosso conceito das cadeias da experiência e das barreiras da simples observação da natureza... mas para que princípios práticos que... não podem se estender à universalidade, da qual a razão necessita absolutamente para seu fim moral.” (KANT, 1980, p. 84).

Kant informa que a ideia psicológica foi útil para desviá-lo do materialismo (“inútil para a explicação da natureza”); as ideias cosmológicas prestam para evitar o naturalismo (este “quer apresentar a natureza como suficiente em si mesma”); a ideia teológica serve para livrar a razão do fatalismo (KANT, 1980, p. 84-85), levando “ao conceito de uma causa pela liberdade, por conseguinte de uma inteligência suprema.” (KANT, 1980, p. 85). O autor arremata: “servem as ideias transcendentais... para destruir as afirmações atrevidas *do materialismo, do naturalismo e do fatalismo*, que restringem o campo da razão e para... dar às ideias morais espaço fora do campo da especulação” (KANT, 1980, p. 85).

Kant cita dois escólios: a) A utilidade prática de uma ciência apenas especulativa está fora dos limites desta ciência. Entretanto, esta relação encontra-se dentro dos limites da filosofia, especialmente, daquela que haure das fontes puras da razão, onde o uso especulativo da razão (na metafísica) deve ter, necessariamente, uma unidade com seu uso prático (na moral) (KANT, 1980, p. 85). B) “Deveria ser considerada a solução das questões que estão na *Crítica* desde a p. 647 à p. 668, pois aí são apresentados certos princípios da razão, que determinam *a priori* a ordem natural ou... o entendimento, que deve procurar suas leis pela experiência.” (KANT, 1980, p. 85).

O filósofo informa que finaliza a solução analítica do problema apresentado por ele, nesta seção, e o considera resolvido (KANT, 1980, p. 86).

Começa, agora, a discussão da questão principal do livro, a saber, como é possível a metafísica como ciência?

¹² Aqui, resolvemos deixar claro que Kant se refere à metafísica. Na tradução da Abril Cultural (KANT, 1980), talvez o leitor desatento se confunda, o que certamente não acontecerá seja na versão em alemão (KANT, 2001) seja na tradução em língua inglesa (KANT, 2004).

¹³ Neste trecho, seguimos a tradução na língua inglesa (KANT, 2004), pois não dá margem a confusões, mantendo-se mais próximo da versão em alemão (KANT, 2001).

No modo de ver do autor, conforme apresentado na seção anterior, a “Metafísica, como disposição da natureza da razão, é real, mas é também, por si mesma,... dialética e ilusória.” (KANT, 1980, p. 87).

Na sequência ele adverte: “Para que ela possa ter a pretensão de, como ciência,... gerar o conhecimento e a convicção, é necessário que a crítica da própria razão exponha toda a série dos conceitos *a priori*, a divisão dos mesmos segundo suas diversas fontes, a sensibilidade, o entendimento e a razão, que além disso apresente uma tábua completa dos mesmos, e o desmembramento de todos estes conceitos, com tudo que pode ter consequências a partir deles, em seguida, mas, principalmente, a possibilidade do conhecimento sintético *a priori*, mediante estes conceitos, os princípios de seu uso, finalmente também os limites do mesmo, mas tudo isto num sistema completo” (KANT, 1980, p. 87).

Em outras palavras, esclarece Kant, tornar a metafísica uma ciência é uma tarefa que somente a *Crítica* pode realizar. Ele explica ainda que sua intenção ao levantar essa questão é, sobretudo, mostrar como efetivar esse trabalho, muito mais do que, simplesmente discutir sobre sua possibilidade. Sem falsa modéstia, ele afirma: “quem uma vez provou a crítica sente náusea perante todo palavrório dogmático... A crítica comporta-se para com a metafísica vulgar das escolas como a *química* para a *alquimia* ou como a *astronomia* para com a *astrologia* divinatória” (KANT, 1980, p. 87).

Acredito que as seguintes palavras do filósofo expressam com exatidão tanto sua visão a respeito da metafísica dogmática quanto o que ele queria com a elaboração de sua crítica transcendental e com a publicação dos *Prolegômenos*. Vejamos: “Tenho certeza que ninguém, que tenha pensado e compreendido os princípios da crítica mesmo apenas nestes *Prolegômenos*, jamais retornará àquela velha e sofisticada ciência ilusória; muito mais olhará com um certo prazer para uma metafísica que agora estará seguramente em seu poder,... e que pela primeira vez dará à razão uma satisfação duradoura.” (KANT, 1980, p. 87).

As fontes do conhecimento da razão não estão nos objetos e em sua intuição, mas nela mesma. Com certo escárnio, mostrando a situação de desprestígio da velha metafísica em sua época, o autor diz que, naquele tempo, um grande metafísico não provocava inveja em ninguém. Na verdade, Kant queria mesmo era um renascimento da metafísica “por intermédio de uma crítica sólida e completa da razão” (KANT, 1980, p. 88).

O pensador prossegue em sua exposição: “Pois aquilo que até agora foi denominado metafísica não pode agradar a nenhum espírito investigador, mas, como também é impossível renunciar completamente a ela, logo é mister *tentar* uma crítica da própria razão pura” (KANT, 1980, p. 88-89).

Kant revela uma preocupação central sua em relação à metafísica, a saber, é preciso tirá-la de sua estagnação, levando as investigações no campo da metafísica a dar passos para frente. Ele desafia aqueles que se sentirem ofendidos por suas palavras, na *Crítica* e nos *Prolegômenos*, que apresentem ao menos uma “proposição sintética pertencente à metafísica, oferecendo-se para demonstrá-la *a priori*”. Esta é a condição do autor para reconhecer que algum metafísico dogmático incomodado fez, efetivamente, algo para o progresso da ciência. Isto é dito por ele para provar “que a metafísica como ciência jamais existiu até agora.” (KANT, 1980, p. 89).

Aqui, o autor faz uma exigência para a realização desta tarefa: não vale utilizar nem o jogo de probabilidade e de conjectura nem o *sadio entendimento humano* (KANT, 1980, p. 89-90). O filósofo sintetiza: “A metafísica deve ser ciência, não só no todo, como em todas as suas partes, senão ela não é nada” (KANT, 1980, p. 91).

Considerando aquilo que se pode fazer para tornar a metafísica uma ciência, Kant menciona dois tipos de juízos: a) juízo que antecede a investigação; b) juízo que sucede a investigação (KANT, 1980, p. 91-92).

O autor se queixa de seus críticos, acusa-os de serem incompetentes para avaliar o seu trabalho, uma vez que parece não compreenderem a atividade desenvolvida por ele (KANT, 1980, p. 92). Kant os compara a alguém que, sem conhecer nada a respeito de geometria, se deparasse com uma obra de Euclides, depois de folheá-la, começasse a fazer a crítica produzindo afirmações do tipo: “O livro é uma instrução sistemática para o desenho” (KANT, 1980, p. 93).

O filósofo alerta para um fato importante: O idealismo presente em suas obras “nem de longe” constitui a alma de seu sistema. Nesse sentido, ele esclarece, informando o princípio que dá vida e sustenta o seu idealismo: “Todo conhecimento das coisas, tirado unicamente do entendimento puro ou da razão pura, nada mais é que ilusão, só na experiência há verdade” (KANT, 1980, p. 93).

Por isso, Kant, após ter reforçado as diferenças entre seu idealismo e o idealismo habitual (por exemplo, o de Berkeley), solicita permissão para denominar o seu idealismo de formal, ou melhor, de crítico¹⁴ (KANT, 1980, p. 94).

Mais uma vez, o filósofo insiste na necessidade de se verificar a possibilidade da metafísica como ciência. Queixa-se o autor sobre a atitude de seu crítico: “Mas que minha suspeita não é sem fundamento, posso provar pelo fato de ele não ter dito uma palavra a respeito da metafísica do conhecimento sintético *a priori*, que era a verdadeira tarefa sobre cuja solução se funda totalmente o destino da metafísica e à qual endereço toda a minha *Crítica* (bem como estes meus *Prolegômenos*).” (KANT, 1980, p. 95).

¹⁴ Nos *Prolegômenos*, o recurso à repetição é uma das características de Kant, mantivemos isto aqui.

Segundo Kant, ao contrário de outras áreas do saber, inclusive da teologia, falta a “esta coisa que se chama metafísica” o critério a partir do qual se possa julgá-la (KANT, 1980, p. 96). Ele desafia a seus críticos a provarem ao menos uma única proposição metafísica (“sintética e conhecida *a priori*”). Se um crítico seu “não consegue isto... deve convir que... a possibilidade ou impossibilidade das normas deve ser verificada... numa crítica da razão pura” (KANT, 1980, p. 96).

O autor coloca à disposição de seus críticos as oito proposições da antinomia, lembrando-lhes que elas pertencem à metafísica. O filósofo desafia: “Se eu conseguir salvá-la e mostrar desta maneira que, segundo princípios necessariamente aceitos por toda a metafísica dogmática, é da mesma forma fácil de demonstrar justamente o contrário da proposição por ele adotada, ficará assim provado que há um vício de origem na metafísica, o qual não pode ser esclarecido nem afastado, a não ser que se remonte à sua origem, ou seja, à razão pura; assim, minha crítica deve ser ou aceita ou substituída por outra” (KANT, 1980, p. 97).

A publicação da *Crítica da razão pura* foi motivo de alguns ataques a Kant. Todavia, o que parece incomodá-lo é ser “atacado por adversários anônimos e, por cúmulo, incompetentes.” (KANT, 1980, p. 97). Por outro lado, o autor não deixa passar despercebido o silêncio que a impressão de sua *Crítica*, em um primeiro momento, recebeu do público. O filósofo aproveita para destacar a novidade que essa sua obra traz para a metafísica “um ramo importante, mas hoje morto” (KANT, 1980, p. 97).

A alma humana precisa do trabalho desenvolvido pela razão pura e especulativa, pois aquela possui espaços que apenas podem ser preenchidos através dos esforços desta (KANT, 1980, p. 98).

Ele confessa não ter ficado totalmente satisfeito com a maneira como foram desenvolvidos alguns pontos, na *Crítica*. Assim, temos: “não me satisfaz de todo minha exposição em algumas seções da “Doutrina Elementar” , por exemplo, na da dedução dos conceitos do entendimento, ou na dos paralogismos da razão pura, onde uma certa prolixidade prejudica a clareza, em lugar das quais se poderá tomar como base do exame o que os Prolegômenos dizem a respeito.” (KANT, 1980, p. 98).

Motivado, o filósofo se diz estar convencido da importância do trabalho de sua crítica, seguro dos bons frutos que podem surgir. Ele acredita que de seu esforço, presente tanto na *Crítica* quanto nos *Prolegômenos*, “é dado o critério ao nosso juízo, pelo qual é possível distinguir com segurança o saber do saber ilusório e quando aplicado sem reservas na metafísica, fundamenta uma maneira de pensar, capaz de se estender beneficentemente aos demais usos da razão e de influenciar pela primeira vez os genuínos espíritos filosóficos.” (KANT, 1980, p. 99).

O autor conclui seu livro, destacando o prazer de um professor de metafísica saber “que o que ele expõe é, afinal, uma ciência” e, por esse seu trabalho, ser aplaudido pelas pessoas (KANT, 1980, p. 99).

REFERÊNCIAS

KANT, Immanuel. **Prolegômenos a toda metafísica futura que pretende colocar-se como ciência**. Tania Maria Bernkopf. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

KANT, Immanuel. **Prolegomena to Any Future Metaphysics That Will Be Able to Come Forward as Science**. Translated and edited by Gary Hatfield. Cambridge. New York: Cambridge University Press, 2004. (Cambridge Texts in the History of Philosophy).

KANT, Immanuel. **Prolegomena zu einer jeden künftigen Metaphysik, die als Wissenschaft wird auftreten können**. Herausgeber Konstantin Pollok. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 2001. (Philosophische Bibliothek, Band 540).